



RELISE

A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EM EMPRESAS FLORESTAIS: PROBLEMATIZAÇÕES VIGENTES¹

Naiara de Oliveira Rosa²

RESUMO

No âmbito empresarial do século XXI, em virtude dos diversos problemas econômicos, sociais e ambientais, o mercado tem exigido que empresas assumam uma responsabilidade socioambiental. Nesse sentido, os negócios precisam ir além do que geração de emprego e renda, é necessário impactar positivamente a sociedade no qual estão inseridos. Sendo assim, o presente artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfico-exploratória, cujo objetivo geral é estudar o papel das empresas florestais na busca pelo desenvolvimento sustentável. Aborda sobre a Legislação Ambiental Brasileira que é considerada uma das mais avançadas do mundo. Relata a importância da gestão socioambiental e as principais certificações empresariais: ISO 14000 e ISO 26000. Conclui-se que a pesquisa atingiu seu objetivo de elucidar conceitos, normas e certificações sobre responsabilidade socioambiental e ética das organizações, que apesar de muitos desafios de conscientização internas das empresas, o tema é de fundamental importância para a competitividade empresarial.

Palavras-chave: Responsabilidade socioambiental; Empresas florestais; Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

In the business environment of the 21st century, due to the diverse economic, social and environmental problems, the market has demanded that companies assume a socio-environmental responsibility. In this sense, business needs to go beyond generation of employment and income, it is necessary to positively impact the society in which they are inserted. Thus, this article is a bibliographic-exploratory research, whose general objective is to study the role of forest companies in the search for sustainable development. It addresses the Brazilian Environmental Legislation, which is considered one of the most advanced in the world. It reports on the importance of socio-environmental management and the main business certifications: ISO 14000 and ISO 26000. It is concluded that the

¹ Recebido em 29/05/2018.

² Universidade do Estado da Bahia. nairosa18@gmail.com

Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 4, n. 2, p. 28-50, mar-abr, 2019

ISSN: 2448-2889



RELISE

29

research reached its objective of elucidating concepts, norms and certifications on social-environmental responsibility and ethics of the organizations, that despite many internal awareness challenges of companies, the issue is of fundamental importance for business competitiveness.

Key-words: Socio-environmental responsibility; Forest companies; Sustainable development.

INTRODUÇÃO

A busca desenfreada pelo crescimento econômico tem ocasionado grandes problemas sociais, econômicos e principalmente ambientais. O avanço industrial, o excesso de produção e consumo são fatores que corroboram para a ascensão do acúmulo de lixo, degradação ambiental, catástrofes “naturais”, aquecimento global, entre outros.

Nessa perspectiva, nota-se que, o crescimento econômico e as constantes mudanças no ambiente de negócios não atingiram de forma positiva toda a população, pois ainda existem desigualdades sociais, devido à má distribuição de renda e às péssimas condições de trabalho existentes ao redor do mundo.

Nesse sentido, há uma mobilização mundial por parte de governos, organizações públicas e privadas e a população em geral com a finalidade de criar políticas em favor do desenvolvimento sustentável. De uma maneira geral, as empresas têm enfrentado novos desafios no que se refere à demanda de produtos e serviços ecologicamente corretos.

Além disso, em diversos países, a legislação ambiental tem avançado no sentido de regulamentar a prática de negócios visando a preservação do meio ambiente no qual a empresa está inserida. Acrescenta-se ainda, o surgimento de normas que visam certificar as empresas cujas ações se baseiam nos princípios da responsabilidade socioambiental.

Nesse contexto, as empresas florestais também precisaram se adequar às novas exigências impostas pelo mercado, bem como as legislações



RELISE

30

vigentes, principalmente pelo fato dos seus negócios impactarem diretamente o meio ambiente. Por isso, essas empresas precisam possuir um sistema de gestão ambiental que seja eficaz.

Para fins de apreensão do tema a presente pesquisa inicia-se com bibliografia voltada para os conhecimentos e princípios básicos sobre desenvolvimento sustentável, configurando-se no Primeiro Capítulo. Após essa concepção o Segundo Capítulo busca estudar a importância da gestão socioambiental para a sustentabilidade dos negócios. E por fim, entender as principais certificações de boas práticas socioambientais.

Portanto, para atingir o objetivo a metodologia adotada foi uma pesquisa bibliográfica-exploratória mediante consulta em livros, sites e artigos científicos que tratam do tema proposto. Tendo, dessa forma a prioridade de responder a seguinte pergunta: Qual o papel das empresas na busca pelo desenvolvimento sustentável?

Mediante o acima exposto, justifica-se a escolha do tema foi baseada no interesse pela responsabilidade socioambiental assumida por diversas empresas de base florestal com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável.

PRINCÍPIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em um mundo com recursos naturais cada vez mais escassos torna-se importantíssimo compreender o que seja Desenvolvimento Sustentável. Compreensão que passa, necessariamente, pela reflexão dos modelos de vida, produção e consumo adotados pelas sociedades ocidentais e industrializadas. Modelo que, sabe-se agora, é poluidor, esgotador dos recursos naturais e, muitas vezes, causa impactos ambientais não-desejáveis levando à degradação do meio ambiente.



RELISE

Padrões predominantes de produção e consumo

A busca pelo desenvolvimento sustentável pressupõe uma análise dos padrões de produção e consumo, bem como, do modelo econômico vigente e as relações monetárias de uma sociedade. Nesse sentido, o autor Leff (2001) faz uma crítica ao sistema econômico predominante, ele afirma: “Natureza e ser humano, na sociedade capitalista, foram dissolvidos e transformados em relacionamentos monetários - mercadoria, baseada na necessidade de um aumento ininterrupto da produtividade e na promoção do consumo exacerbado”.

Segundo dados do Relatório Planeta Vivo 2006, lançado recentemente pela Rede WWF se todas as pessoas adotarem os mesmos padrões ocidentais de produção e consumo, em 2050 serão necessários dois planetas Terra. Pois a humanidade já consome 25% mais recursos naturais do que a capacidade de renovação da Terra. Nesta ótica, nota-se que, as tendências e propensões a consumir têm crescido de maneira alarmante, pois o consumidor atual busca satisfazer o seu desejo de consumo, não as suas necessidades essenciais. Sendo assim, o ato de consumir nos dias atuais, vem se tornando uma ferramenta de contentamento humano em detrimento da utilidade do bem consumido.

Verifica-se que o padrão predominante de produção e consumo é insustentável. Neste caso, se tratando de recursos renováveis, não se pode extrair mais recursos naturais do que a natureza é capaz de repor, assim como para recursos não renováveis, não se pode extrair indefinidamente recursos finitos. Ou também eliminar mais resíduos do que a natureza pode suportar (MMA, 2011).



RELISE

Mobilização mundial para um desenvolvimento sustentável

O crescimento econômico de um país está diretamente relacionado com a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços. Porém, sabe-se que crescimento é diferente de desenvolvimento. O crescimento está relacionado com o nível de riqueza de um país, sendo calculado pelo Produto Interno Bruto (PIB), que é fruto da produção, dos investimentos, da poupança e administração dos recursos existentes no país. Já o desenvolvimento econômico reflete no quanto a população de uma forma geral vai usufruir dessa riqueza, e é medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Isso pode ser traduzido em quanto a renda será distribuída de forma equitativa. Um país desenvolvido é um país que possui saúde, educação de qualidade, alimentação, saneamento básico, meios de transporte, tecnologia que possa abranger toda a população (NASCIMENTO, 2008).

O desenvolvimento sustentável é uma proposta que visa minimizar os problemas econômicos, sociais e ambientais. Diante de tais problemas, as instituições e organizações mundiais começaram a se mobilizar para difundir este novo conceito. Em 1972 ocorreu a primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano, realizada pela Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) que discutiu os “*direitos da família humana em viver num ambiente saudável e produtivo*” (CMMAD, 1991). Posteriormente, em 1975, foi criada o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Além disso, em 1983 foi formada uma comissão especial chamada Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), cuja missão era “reavaliar os principais problemas do ambiente e do desenvolvimento em escala mundial e encontrar possíveis soluções assegurando o progresso humano sem colocar em risco os recursos para as possíveis gerações”. A partir do relatório intitulado *Nosso Futuro Comum*, publicado pela CMMAD, em 1987, que esta nova proposta de desenvolvimento



RELISE

33

ganha maior visibilidade. Sendo assim, o relatório define o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”, a partir daí este novo conceito passou a ser amplamente difundido (CMMAD, 1991; NASCIMENTO, 2008).

Legislação ambiental brasileira

O Brasil é um dos países mais avançados no que se refere à legislação ambiental. Um importante marco histórico na legislação brasileira foi a criação da Política Nacional do Meio Ambiente em 1981, cujo principal objetivo é tornar compatível o desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.

Nesse contexto, a Constituição Federal Brasileira de 1988, definiu o princípio do desenvolvimento sustentável no art. 225 (FIORILLO, 2004, p.xx): “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado..., impondo-se ao Poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Assim, a criação da Lei de Crimes Ambientais 9.605/98 determinou sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades causadoras de danos ambientais. Além disso, a existência da Lei regulamentou as ações dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

O tripé da sustentabilidade (triple bottom line)

No ano de 1994, o sociólogo inglês John Elkington propôs um modelo de desenvolvimento sustentável conhecido como *Triple Bottom Line* ou “tripé da sustentabilidade”. Ele afirma que a sustentabilidade baseia-se em três pilares: econômico, social e ambiental. Os 3 pilares ou 3 “Ps” (em português, “PPL”) são compostos por “pessoas” (*people*), considerado como o capital humano de uma sociedade ou organização; “planeta” (*planet*), considerado o



RELISE

34

capital natural; e “lucro” (*profit*), que se refere aos resultados econômicos-financeiros positivos de uma organização; Essas três dimensões precisam estar integradas afim de buscar um equilíbrio do sistema (DIAS, 2011).

Figura 1 – Tripé da Sustentabilidade



Fonte:Logística Reversa (2015)

Logo, o desenvolvimento sustentável é aquele que faz a intersecção entre as pessoas, o planeta e o lucro em suas relações de suportabilidade, viabilidade e equitabilidade.

Tais relações fazem compreender que não é possível o desenvolvimento sustentável sem se levar em conta outros aspectos relacionados ao desenvolvimento. Assim, há uma relação estreita ente as pessoas e o planeta; entre as pessoas e o lucro e entre o lucro e os impactos que serão gerados no planeta e que, certamente, irão influir na vida das pessoas e também nos próprios lucros.

Verifica-se então uma verdadeira relação em que todos dependem de todos. Uma indústria que polui a água, por exemplo, acaba prejudicando as populações e comprometendo esse recurso natural. Menos peixes poderão ser pescados desse rio e os que forem pescados serão de menor qualidade.



RELISE

35

Assim, é necessário desenvolver a consciência de que muitas das ações são locais, porém seus impactos são globais.

Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável

Em 1993, ocorreu o primeiro *workshop* ampliado sobre ecoeficiência, promovido pelo Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council for Sustainable Development - WBCSD*) e outras organizações. Com esse evento, geraram-se diversos documentos cujo fim é promover o desenvolvimento sustentável.

Com isso, segundo WBCSD (2000; apud DIAS, 2011) a ecoeficiência atinge-se através da oferta de bens e serviços a preços competitivos, que, por um lado, satisfaçam as necessidades humanas e contribuam para a qualidade de vida e, por outro, reduzam progressivamente o impacto ecológico e a intensidade de utilização de recursos ao longo do ciclo de vida, para que tenha sustentação da vida no planeta.

Esse conceito de ecoeficiência, segundo WBCSD (2000) tem três objetivos centrais:

- **Redução do consumo de recursos:** inclui minimizar a utilização de energia, materiais, água e solo, favorecendo a reciclabilidade e a durabilidade do produto e fechando o ciclo dos materiais;
- **Redução do impacto na natureza:** inclui a minimização das emissões gasosas, descargas líquidas, eliminação de desperdícios e a dispersão de substâncias tóxicas, assim como impulsionar a utilização sustentável de recursos renováveis;
- **Melhoria do valor do produto ou serviço:** o que significa fornecer mais benefícios aos clientes, através da funcionalidade, flexibilidade e modularidade do produto, fornecendo serviços adicionais e concentrando-se em vender as necessidades funcionais de que, de fato, os clientes necessitam,



RELISE

36

o que levanta a possibilidade de o cliente receber a mesma necessidade funcional, com menos materiais e menor utilização de recursos.

A WBCSD ressalta que, a ecoeficiência é, antes de mais nada, um conceito empresarial, porque se exprime na linguagem dos negócios. Por isso, aplica-se a todos os setores da empresa desde o marketing, o desenvolvimento do produto até à produção ou distribuição (WBCSD, 2000).

Sendo assim, se analisarmos, do ponto de vista corporativo, a busca pelo desenvolvimento sustentável deve vir da alta administração, ou seja, precisa estar inserido no plano estratégico das empresas. Com isso, todos os setores, seja marketing, pesquisa e desenvolvimento (P&D), produção, finanças, compras ou Recursos Humanos (RH) irão desenvolver seus planos e metas focando não somente no desempenho produtivo e econômico, mas também nos valores éticos e no desempenho socioambiental da organização (NASCIMENTO, 2008).

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL EMPRESARIAL

Importância da responsabilidade socioambiental empresarial

No século XXI grande parte da população mundial tem acesso a informação, o que vem tornando os cidadãos mais conscientes e politizados. As pessoas passaram a exigir que as empresas se posicionem e tenham maior envolvimento na solução dos problemas socioambientais (SOUZA, 2012).

Em virtude disso, as empresas têm enfrentado novos desafios no que se refere à preferência dos clientes na escolha de produtos e serviços. Há uma crescente demanda por produtos ecologicamente corretos e uma maior valorização de empresas socialmente responsáveis que adotam posturas éticas e promovam a qualidade de vida no trabalho.



RELISE

37

Nesse sentido, obedecer às leis e produzir lucros não tem sido suficiente para atingir as metas e objetivos estratégicos. As demandas mundiais são diversas: tratamento igualitário de gêneros e minorias, preservação ambiental, repúdio ao trabalho infantil, saúde e segurança dos funcionários, entre outros (ALIGLERI *et al*, 2009).

Esclarece-se, que as estratégias de gestão que algumas empresas adotam buscando atender as novas exigências do mercado tem contribuído para o seu crescimento e ganho de vantagem competitiva em relação às outras.

Sendo assim, a reputação das empresas, afirmam Aligleri *et al* (2009), é sustentada pelo comportamento socioambiental correto, impacta positivamente no seu valor de mercado, em virtude dos menores riscos percebidos pelos investidores, bem como maiores oportunidades de marketing.

Nesse contexto, o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (IDJS), foi criado em 1999, e é um instrumento de auxílio à empresa que permite avaliar o equilíbrio entre retorno financeiro e atuação ética (NETO, 2011). Já em 2005, foi criado no Brasil o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) que é uma ferramenta que analisa e compara a performance das empresas listadas na BM&FBovespa sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa (CISE, 2015).

Conceitos e princípios da responsabilidade socioambiental

A responsabilidade socioambiental, segundo Savitz 2007, é considerada “aquela que gera lucro para o acionista, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a qualidade de vida das pessoas com quem mantém relações”. Já o Instituto Ethos amplia esse conceito, abordando o componente da gestão, ele caracteriza como (ALIGLERI *et al*, 2009):



RELISE

forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Nesse sentido, Nascimento *et al* (2008) afirmam que a responsabilidade social corporativa dos gestores consiste na obrigação de estabelecer diretrizes e seguir rumos de ação que são importantes em termos de valores e objetivos da sociedade. Além disso, eles acreditam que as organizações necessitam assumir um pensamento sistêmico e desenvolver uma visão holística para que as transformações socioambientais aconteçam.

Assim, é necessário avaliar a posição da organização em relação às questões socioambientais, analisando (NASCIMENTO *et al*, 2008):

- ✓ Ramo de atividade da organização;
- ✓ Produto desenvolvido;
- ✓ Tipo de processo de industrialização;
- ✓ Nível de conscientização ambiental;
- ✓ Cumprimento da legislação ambiental;
- ✓ Comprometimento da alta direção;
- ✓ Capacitação de pessoal;
- ✓ Capacidade de desenvolver P&D;
- ✓ Capital (retorno do investimento na questão ambiental).

Esclarece-se que a responsabilidade socioambiental empresarial (RSE), segundo Nascimento *et al* (2008), consiste no conjunto de ações socioambientais desenvolvidas por uma determinada empresa. Tais ações têm a finalidade de identificar e minimizar os possíveis impactos negativos resultantes de sua atuação, bem como desenvolver ações que visam construir



RELISE

39

uma imagem positiva, fortalecendo as condições favoráveis aos negócios da empresa.

Nesse contexto, de acordo com Aligleri *et al* (2009), as discussões sobre responsabilidade socioambiental convergem para um consenso de que:

1. A responsabilidade socioambiental começa onde a lei termina, indo além das obrigações legais. É um investimento proativo no capital humano, meio ambiente e relação com outras partes interessadas.

2. Está associada ao conceito de desenvolvimento sustentável, uma vez que considera o interesse de longo prazo da empresa e da sociedade.

3. Incorpora as expectativas da sociedade e integra nas operações e decisões organizacionais uma análise do impacto econômico, ambiental e social.

4. Está vinculada à forma como a empresa é gerida, devendo estar presente no planejamento estratégico, nas atividades das áreas organizacionais. E praticamente em seus relacionamentos.

Ademais, o teórico Carrol (1991) propõe um modelo embasado em uma pirâmide de envolvimento com quatro dimensões na definição (ALIGLERI *et al*, 2009):

- ✓ **Responsabilidade econômica:** consiste em produzir bens e serviços almejados pela sociedade de forma a maximizar o lucro para os acionistas.

- ✓ **Responsabilidade legal:** determina o alcance dos objetivos econômicos da empresa, respeitando-se os cumprimentos das leis.

- ✓ **Responsabilidade ética:** consiste em evitar danos em geral, sendo relacionado a comportamentos que não são necessariamente codificados em leis. Nesse caso, podem não servir aos interesses econômicos diretos da empresa, mas livram-na de danos à sua imagem organizacional.



RELISE

40

✓ **Responsabilidade filantrópica:** consiste em contribuir para o desenvolvimento da comunidade e a melhoria da qualidade de vida. Inclui contribuições a instituições que não oferecem retorno direto à empresa, os quais também não são esperados pela organização.

Assim, a Fundação Brasileira para o Prêmio Nacional da Qualidade, acredita que as organizações socialmente responsáveis devem abordar essas responsabilidades por meio de cinco estágios:

Estágio 1 – A organização não assume responsabilidades perante a sociedade e não toma ações em relação ao exercício da cidadania. Ou seja, não há promoção do comportamento ético.

Estágio 2 – A organização reconhece os impactos causados por seus produtos, processos e instalações, apresentando algumas ações isoladas no sentido de minimizá-los. Nesse caso, busca promover o comportamento ético.

Estágio 3 – A organização está iniciando a sistematização de um processo de avaliação dos impactos de seus produtos, processos e instalações e exerce alguma liderança em questões de interesse da comunidade. Há envolvimento das pessoas em esforços de desenvolvimento social.

Estágio 4 – O processo de avaliação dos impactos dos produtos, processos e instalações está em fase de sistematização. A organização exerce liderança em questões de interesse da comunidade de diversas formas e promove o comportamento ético.

Estágio 5 – O processo de avaliação dos impactos dos produtos, processos e instalações está sistematizado, buscando antecipar as questões públicas. Existem formas implementadas de avaliação e melhoria da atuação da organização no exercício da cidadania e no tratamento de suas responsabilidades públicas. É o estágio mais avançado e deve ser considerado como meta da organização.



RELISE

41

Princípios da gestão ambiental em busca do desenvolvimento sustentável

A Câmara de Comércio Internacional (CCI) definiu, em 1990, 16 princípios de gestão ambiental para alcançar o desenvolvimento sustentável (NASCIMENTO *et al*, 2008). São eles:

1. Prioridade organizacional (estabelecimento de políticas e práticas adequadas ao ambiente natural).
2. Gestão integrada como elemento de administração.
3. Processo de melhoria (desempenho ambiental interno e externo).
4. Educação do pessoal.
5. Prioridade de enfoque (estudo das repercussões ambientais no desenvolvimento de projetos).
6. Produtos e serviços (*ecodesign*).
7. Orientação ao consumidor (disponibilidade de informação ao público).
8. Equipamentos e operacionalização (busca da eficiência no uso dos equipamentos, insumos e matérias-primas).
9. Pesquisa (busca de redução dos impactos ambientais).
10. Enfoque preventivo (prevenção à poluição).
11. Fornecedores e subcontratados (transferência da responsabilidade para toda a cadeia produtiva).
12. Planos de emergência (precaver-se da repercussão de acidentes).
13. Transferência de tecnologia (disseminação nos setores privado e público).
14. Contribuição com o esforço comum (participação no desenvolvimento de políticas públicas e privadas).
15. Transparência de atitude (antecipar e responder às preocupações da comunidade em relação a riscos e impactos de suas operações).



RELISE

42

16. Atendimento e divulgação (monitoramento do desempenho ambiental).

CERTIFICAÇÕES DE BOAS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS

Sistema de gestão ambiental e ISO 14000

A ISO 14000 foi lançada em 1996, e constitui uma série de normas que visam estabelecer diretrizes para a criação de um sistema de gestão ambiental nas empresas. Além disso, ela orienta nos processos de auditorias ambientais, avaliação de desempenho ambiental, rotulagem ambiental e análise do ciclo de vida dos produtos.

Um sistema de gestão ambiental (SGA), de acordo com Nascimento *et al* (2008), é o conjunto de procedimentos que irão ajudar a organização a entender, controlar e diminuir os impactos ambientais de suas atividades, produtos e/ou serviços. Além disso, ela visa o cumprimento da legislação ambiental vigente e a melhoria contínua do desempenho ambiental da organização.

A *Internayional Organization for Standartization* (ISO) é uma organização internacional não-governamental, também considerada uma rede de institutos nacionais de padronização de vários países, com um membro por país. Ela foi fundada em 1946 e a secretaria central se encontra em Genebra, Suíça.

No Brasil, as normas de série ISO 14000 mantêm a mesma numeração, é designada NBR da ABNT, organização responsável pela certificação no país. O Programa de Certificação da ABNT para sistemas de gestão ambiental é destinado a qualquer tipo de organização desde que atenda aos critérios estabelecidos pela norma.



RELISE

Assim sendo, as avaliações referem-se aos aspectos gerenciais como política ambiental, aspectos e impactos ambientais relacionado à produção, legislação ambiental pertinente, programas ambientais, comunicação com partes interessadas, treinamento e auditorias internas, conforme roteiro da ABNT (NASCIMENTO *et al*, 2008).

Destaca-se que a ISO 14000 além de auxiliar a organização no desenvolvimento de um novo sistema de gestão ambiental, ela contribui para a melhoria do sistema já existente, aumentando o sistema ambiental total e auxiliando no alinhamento com as políticas da organização (NASCIMENTO *et al*, 2008).

Nesse sentido, Nascimento *et al* (2008), descrevem as principais questões ligada ao conjunto de normas encontradas na ISO 14000:

Normas sobre auditorias ambientais: fornecem os princípios comuns gerais e os procedimentos para a condução das auditorias ambientais, incluindo critérios para a qualificação dos auditores ambientais que participarão dessas auditorias. Essas normas asseguram a base de credibilidade a todo o processo de certificação ambiental, visando especialmente às auditorias de terceira partes.

Normas sobre avaliação do desempenho ambiental: fornecem um guia para a seleção e uso de indicadores para avaliar o desempenho ambiental das organizações. Elas orientam sobre como fazer a medição, a análise e a definição do desempenho, permitindo confrontá-lo com os critérios previamente estabelecidos em seu SGA.

Normas sobre rotulagem ambiental: essas normas variam em suas formas de abordagem e objetivos. Porém, com a finalidade de harmonizar tais programas nacionais, a ISO 14000 incluiu normas de rotulagem ambiental com validade internacional. Lembrando que tais rótulos devem destacar as



RELISE

características ambientais dos produtos, utilizando-se de expressões corretas e comprováveis para o usuário.

Normas sobre análise do ciclo de vida: conhecidas como “do berço ao túmulo”, estabelecem as interações entre as atividades produtivas e o ambiente natural, analisando o impacto causado pelos produtos, seus respectivos processos produtivos e serviços a eles relacionados, desde a extração dos recursos naturais até a disposição final. Nesse caso, a análise deve considerar:

1. O consumo de matérias-primas e seus processos de extração e produção;
2. Os processos de produção dos materiais intermediários utilizados na fabricação do produto;
3. O processamento de todos os materiais até se chegar ao produto final;
4. A utilização do produto durante a sua vida útil;
5. A reciclagem, tratamento e disposição dos materiais resultantes do produto descartado ao final de sua vida útil.

Normas sobre aspectos ambientais nos produtos: destina-se àqueles que elaboram as normas técnicas para produtos, observando os aspectos relacionados ao ambiente natural que devem ser considerados quando se especifica e se projeta um produto.

A eficiência e eficácia do SGA possibilita às organizações melhores condições no que se refere ao gerenciamento de seus impactos ambientais, bem como, contribui na mudança de atitude e cultura organizacional. Consequentemente, os resultados financeiros serão alavancados (NASCIMENTO *et al*, 2008).



RELISE

45

ISO 26000

A ISO 26000 foi lançada em 2010 com a finalidade de estabelecer diretrizes para a implantação e o desenvolvimento de políticas baseadas no desenvolvimento sustentável. Além disso, estimula as organizações a irem além do cumprimento da lei, complementa outros instrumentos e iniciativas relacionadas à responsabilidade social.

Nesse sentido, a definição de responsabilidade social, segundo a ISO 26000, é a responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades (produtos, serviços e processo) na sociedade e no ambiente, por meio de um comportamento transparente e ético que (ALIGLERI *et al*, 2009):

- ✓ Contribui para o desenvolvimento sustentável, para a saúde e o bem-estar da sociedade.
- ✓ Leva em consideração as expectativas dos stakeholders, está em conformidade com a legislação aplicável e é consistente com as normas internacionais do comportamento.
- ✓ Está integrado na organização e é praticado em seus relacionamentos.

Desse modo, a norma descreve sete princípios básicos que as organizações devem se basear no gerenciamento da responsabilidade social:

1. *Accountability* (prestar contas e assumir a responsabilidade pelo seu impacto).
2. Transparência nas decisões e atividades.
3. Comportamento ético.
4. Respeitar as partes interessadas.
5. Respeitar a legislação.
6. Respeitar as normas internacionais de relacionamento.
7. Respeitar os direitos humanos.

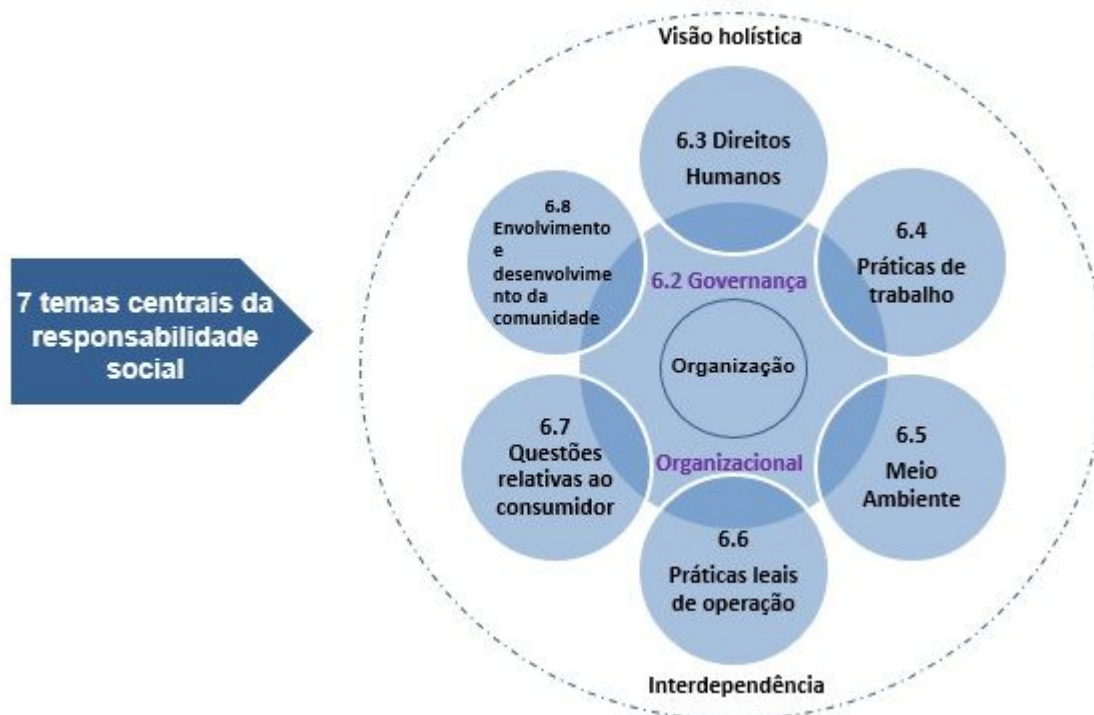


RELISE

46

Nesse contexto, a norma também define os temas centrais de responsabilidade social que uma organização deve considerar (ALIGLERI *et al*, 2009), como apresentada na Figura 2:

Figura 2 – Temas centrais de responsabilidade social



Fonte:Futura SGA (2016)

São esses temas as principais questões preponderantes para uma organização voltada para a responsabilidade social, iniciando-se com a questão dos Direitos Humanos, onde envolve questões como discriminação e grupos vulneráveis, direitos fundamentais do trabalho, direitos civis e políticos, direitos econômicos, sociais e culturais, entre outras.

Além disso, sobre Práticas de Trabalho envolvendo questões como condições de trabalho e proteção social, saúde e segurança no trabalho, desenvolvimento humano, entre outras.

Outro ponto é o tema ambiental, configurando pelo ponto de Meio Ambiente, definido pelo autor, que envolve questões como prevenção da



RELISE

47

poluição, uso sustentável de recursos, mitigação e adaptação das mudanças climáticas, entre outras.

Também, Práticas Justas de Operação que envolve questões como medidas contra a corrupção, competição justa, promoção da responsabilidade social na esfera de influência da organização, entre outras.

Aborda também questões dos Consumidores trazendo à tona questões como práticas de mercado, contratuais e informativas justas, proteção à saúde e segurança dos consumidores, consumo sustentável, proteção de dados e da privacidade dos consumidores, entre outras.

E por fim, o envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade: envolve questões como educação e cultura, desenvolvimento tecnológico, geração de emprego, saúde, investimento social e outras.

É importante destacar que a norma orienta as organizações a trabalharem os temas centrais a partir de uma visão holística, ou seja, deve-se considerar todas as questões essenciais e sua interdependência, ao invés de se concentrar em uma única questão (ALIGLERI *et al*, 2009).

Entretanto, para Tatim (2009) é possível identificar apropriação do discurso de responsabilidade social, sem haver práticas efetivas sobre o tema. Porém, também existem casos de sucesso, como o relatado no trabalho de Rodrigues (2009), onde conclui que a responsabilidade social constitui-se um diferencial competitivo nos dias de hoje, mas que ainda faz necessário uma valorização advinda das organizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa atingiu seu objetivo ao evidenciar a importância da responsabilidade socioambiental, tanto no que se diz respeito a fatores de influência econômica, social e ambiental. Sendo, dessa forma mostradas com base em diversos autores.



RELISE

48

Conseguiu deixar claro as principais certificações e normas que envolvem os conceitos, também, definindo-os e classificando suas aplicações. Mostrando que, a aplicação dessas abordagens no meio empresarial pode trazer muitos benefícios competitivos às empresas, se caso, as mesmas de fato desenvolverem atividades para alcance dos objetivos estratégicos.

O tema abrange muitos âmbitos da produção e consumo, por isso, observa-se com esse estudo uma grande necessidade de conscientização empresarial em desenvolver estratégias de mitigação de seus impactos, para que haja de fato a presença de hábitos empresariais voltadas a responsabilidade socioambiental.

Em face do acima exposto, fazem-se necessárias ações de conscientização e treinamento nas atividades internas das organizações, iniciando-se pela alta organização, pois são os gestores que implementarão os modelos, normas e certificações explanados. A fim de possibilitar o equilíbrio entre os fatores econômicos sociais e ambientais.

REFERÊNCIAS

ALIGLERI, Lilian *et al.* **Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio.** – São Paulo: Atlas, 2009.

CARROL, A. B. A. **The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of corporate stakeholders.** *Business Horizons*, 34, Jul./Aug. 1991.

CISE, Conselho Deliberativo do Índice de Sustentabilidade Industrial. **O que é o ISE?** Disponível em: <<http://isebvmf.com.br/o-que-e-o-ise?locale=pt-br>> Acesso em: 14 de Out de 2017.

CMMAD, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.



RELISE

49

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FORILLO, Celso. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 5. Ed. ampl. – São Paulo: Saraiva, 2004.

FUTURA SGA. **Sistema de Gestão de Responsabilidade Social – ABNT NBR 16.001:2012**. Disponível em: <http://futurasga.com.br/blog/abnt-nbr-16-0012012-responsabilidade-social-sistema-da-gestao-requisitos/> . Acessado em: 14 de Nov.2017.

JARDIM, Priscila Kelly da Silva; PAVAN, Luís Daniel. **O mercado sustentável e a valorização do ecoproduto: algumas perspectivas**. Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos” (ISSN: 0486-6266). Faculdade de filosofia, ciências e Letras Nossa Senhora Aparecida. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20170627112517.pdf> Acessado em: 14 Nov. 2017.

LEFF, Enrique (Coord.). **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LOGISTICA REVERSA. Disponível em: <http://logisticareversa.org/wp-content/uploads/2015/06/logistica-reversa-org-032-990x500.png> Acessado em: 14/11/2017.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)**. 2011 Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumosustentavel/plano-nacional> Acesso em: 14 de Out de 2017.

NASCIMENTO, Luis Felipe *et al.* **Gestão socioambiental estratégica** - Porto Alegre: Bookman, 2008.

NETO, João Amato. **Sustentabilidade e Produção: Teoria e Prática para uma Gestão Sustentável**. 1ª Edição. Editora Atlas, 2011.

RODRIGUES, Liliane Vieira. **Responsabilidade social corporativa**. 2009. 42 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2009.

SAVITZ, S. **A empresa sustentável**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.



RELISE

50

SOUZA, Wendel Carlos de; CHAVES, Luiz Eduardo de Carvalho; ASSIS, Odair Aparecido de. **A Influência da Liderança em Projetos Sustentáveis**. SIMPÓSIO DE EM EXCELENCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2012. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/2816279.pdf>>

WBCSD, World Business Council for Sustainable Development. **A eco-eficiência: criar mais valor com menos impacto**. 2000.

WWF. Disponível em: **Relatório planeta vivo 2006**. <http://www.footprintnetwork.org/content/images/uploads/LPR2006_Portuguese.pdf> Acessado em 14 de Nov. 2017.